



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



EDITAL DE CREDENCIAMENTO

Processo nº: 0032681

Credenciamento Eletrônico nº 001/2024

Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PSICOLÓGICOS COM ESPECIALIZAÇÃO EM NEUROPSICOLOGIA, NA REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA

ÍNDICE

- 1. PREÂMBULO**
- 2. ESCLARECIMENTOS**
- 3. OBJETO DO CREDENCIAMENTO**
- 4. CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO**
- 5. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DO CREDENCIAMENTO**
- 6. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**
- 7 . PROPOSTA**
- 8. JULGAMENTO**
- 9. ADESÃO AO CREDENCIAMENTO**
- 10 . ESCOLHA DOS FORNECEDORES:**
- 11. PRAZO, LOCAL, CONDIÇÕES E NORMAS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**
- 12. RECEBIMENTO DO OBJETO**
- 13. OBRIGAÇÕES**
- 14. FORMA DE PAGAMENTO**
- 15. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**
- 16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
- 17. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES DO EDITAL**
- 18. DOS RECURSOS**
- 19. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**
- 20. REAJUSTAMENTO:**
- 21. INFRAÇÕES**
- 22. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 23 - SIGILO E DE PROTEÇÃO DE DADOS**
- 24. DISPOSIÇÕES GERAIS**



EDITAL DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO Nº: 0032681

CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 001/2024

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PSICOLÓGICOS COM ESPECIALIZAÇÃO EM NEUROPSICOLOGIA, NA REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA

1. PREÂMBULO

1.1. O Município de Fronteira/MG; através da Secretária Municipal de Saúde, em conformidade com os artigos 74, inciso IV e 79, inciso I, todos da Lei nº 14.133/21 e art. 75 do Decreto Municipal nº 6.956/2023, TORNA PÚBLICO que fará realizar CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PSICOLÓGICOS COM ESPECIALIZAÇÃO EM NEUROPSICOLOGIA, NA REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA.

1.2. Os interessados no credenciamento poderão obter cópia integral deste Edital no Departamento de Licitações desta Prefeitura, sito a Av. Minas Gerais nº 110, Centro, nesta cidade e pelo site oficial www.frenteira.mg.gov.br

1.3. LOCAL, HORÁRIO E PRAZO PARA CREDENCIAMENTO:

1.3.1. Exclusivamente via e-mail: licita2@frenteira.mg.gov.br.

1.3.2. Serão credenciadas todas as empresas que até o dia 10 de julho de 2025 enviarem o requerimento para credenciamento e a documentação exigida no item 6 deste Edital.

2. ESCLARECIMENTOS:

2.1. Qualquer esclarecimento referente ao presente Edital pode ser obtido:

- e-mail : licita2@frenteira.mg.gov.br
- Telefones: 34-3199-9990
- Site para consultar ao Edital: www.frenteira.mg.gov.br

3. OBJETO DO CREDENCIAMENTO:

3.1. Constitui objeto do presente procedimento administrativo o CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PSICOLÓGICOS COM ESPECIALIZAÇÃO EM NEUROPSICOLOGIA, NA REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA.

3.2. O presente credenciamento tem como objetivo atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde.

3.3. O presente credenciamento tem como objetivo a realização de avaliação neuropsicológica fornecendo suporte ao diagnóstico, tratamento e planejamento da conduta do neuropediatra.

3.4. O quantitativo estimado será distribuído entre as empresas credenciadas, de acordo com a ordem de credenciamento e descrição abaixo:

001 150 SE AVALIAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA - R\$ 773,33



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



3.5. O Credenciamento não gera obrigação do Credenciante em encaminhar pacientes para a Credenciada, sendo que o Município reserva-se no direito de enviar pacientes se houver necessidade e conforme demanda.

3.6. A Credenciada que atender pacientes sem autorização expressa da Secretaria Municipal de Saúde, não receberá pelos serviços.

3.7. É vedada a subcontratação ou transferência total ou parcial dos serviços que compõem o objeto do termo de credenciamento.

3.8. O credenciamento poderá ser realizado para contratação imediata dos serviços ou somente para formalizar relação para futura execução, mediante solicitação do Município.

4. CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO:

4.1. Poderão participar do presente credenciamento todas as pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto deste credenciamento, **com sede até 70(setenta) quilômetros deste Município**, que enviarem **EXCLUSIVAMENTE POR E-MAIL** o requerimento de credenciamento – Anexo IV, devidamente assinado pelo representante legal da empresa, anexando todos os documentos constantes no item 5 deste Edital, à partir do dia 10 de julho de 2024 até o dia 10 de julho de 2025.

4.1.1. Justificativa – Termo de Referência: ***Os serviços prestados deverão ser realizados por meio de avaliações neuropsicológicas presenciais nas sedes dos credenciados, dentro de um raio máximo de 70 km do município de Fronteira-MG. A exigência de localização se justifica pela necessidade de garantir a proposta mais vantajosa para o município. Se a distância entre a sede deste município e a sede do credenciado for superior ao estipulado, a vantagem do menor preço poderá ser comprometida devido aos custos adicionais para transportar os pacientes até a sede do credenciado, especialmente considerando que esses pacientes são crianças, algumas com necessidades especiais físicas e intelectuais, o que poderia causar inconvenientes devido a longas distâncias.***

4.2. As empresas interessadas deverão encaminhar toda a documentação no e-mail licita4@fronteira.mg.gov.br;

4.3. Caso a proponente envie a solicitação para intenção do credenciamento com a falta de algum dos documentos solicitados por meio deste edital, a mesma não será credenciada, sendo o e-mail respondido afirmando a situação de descredenciada com a relação do que não foi atendido;

4.4. Desde que atendido aos requisitos mínimos deste edital a proponente será CREDENCIADA sendo a comunicação realizada pelo mesmo e-mail de recebimento do credenciamento.

5. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DO CREDENCIAMENTO:

5.1. Empresas com falência decretada ou concordata, salvo se em recuperação judicial e neste caso, mediante apresentação do plano de recuperação concedido ou homologado judicialmente (TCU, Acórdão 1201, de 13/05/2020-Plenário e Acórdão 2265, de 22/08/2020-Plenário);

5.2. Pessoa Jurídica suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com a Prefeitura Municipal de Fronteira, durante o prazo da sanção aplicada.

5.3. Pessoa Jurídica declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



5.4. Pessoa Jurídica impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Fronteira, durante o prazo da sanção aplicada.

5.5. Pessoa Jurídica proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei n.º 9.605/1998.

5.6. Pessoa Jurídica a proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/1992.

5.7. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

5.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

5.9. Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

5.10. Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º, §1º, da Lei n.º 14.155/2021;

5.10.1. Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º §1º, da Lei n.º 14.155/2021 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

5.11. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País.

5.12. Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão.

5.13. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

5.14. Empresas com sede no raio superior à 70 (setenta) quilômetros da sede deste Município, de acordo com o item 5 do Termo de Referência.

5.14.1. As empresas sediadas no raio superior ao previsto no item anterior, poderão firmar declaração própria sobre a instalação de uma sede no raio exigido, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da Adesão ao Credenciamento;

5.15. A observância das vedações supra é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.



6. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

6.1. As empresas interessadas em se credenciar deverão apresentar toda a documentação abaixo especificada, com data de validade em vigência anexa ao requerimento de credenciamento.

6.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

6.2.1. Cópia da Carteira de Identidade dos sócios da empresa;

6.2.2. Cópia do Registro Comercial, no caso de empresa individual;

6.2.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

6.3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

6.3.1. Prova de inscrição do CNPJ;

6.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes MUNICIPAL relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.3.3. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional - Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa, emitida pela RFB e PGFN - Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.761/2014;

6.3.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante;

6.3.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da Licitante;

6.3.6. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

6.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, podendo ser apresentada também por meio de certidão positiva com efeito de negativa.

6.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

6.4.1. certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

6.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.6.1. Comprovação de registro de profissional psicólogo no Conselho Regional de Psicologia;

6.6.2. Os profissionais psicólogos deverão comprovar especialização em neuropsicológica para realização de avaliação neuropsicológica para execução do objeto desse credenciamento;

6.6.3. Apresentar no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome da instituição, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, ou Certidão de Acervo Técnico (CAT) do Conselho competente.

6.6. Documentos complementares:

6.6.1. Declaração referente à Lei 9.864/99, atestando que não emprega menor e atende ao inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo anexo ao edital.

6.6.2. Declaração atestando que inexistente impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme modelo anexo edital.

6.7. Disposições Gerais da Habilitação:



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



6.7.1. Todos os documentos deverão ter vigência até o dia previsto para realização do credenciamento; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidos por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição, ressalvada a hipótese da licitante comprovar que o documento tem prazo de validade superior, mediante juntada de norma legal pertinente.

6.7.2 - A documentação poderá ser apresentada em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por empregado da Prefeitura Municipal de Fronteira/MG, ou publicação em órgãos da imprensa oficial. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos neste Edital.

6.7.3. No caso de apresentação de documentação incompleta ou vencida, a Comissão Permanente de Licitação não procederá o credenciamento da empresa. Neste caso, a empresa deverá sanar a situação para posteriormente obter o seu credenciamento.

7. PROPOSTA

7.1. As empresas interessadas em se credenciar, deverão apresentar proposta comercial constando o valor unitário e total do item, levando em consideração que a Administração não aceitará propostas com valores acima do previsto no Anexo I.

7.2. Serão aceitas propostas com valores inferiores aos informados no Anexo I, no entanto não serão considerados como privilégio na escala dos prestadores de serviços.

7.3. A empresa deverá também informar o número e nome do Banco, número da conta corrente, de sua titularidade, bem como nome e número da respectiva agência.

8. JULGAMENTO

8.1. Todos os interessados que preencherem os requisitos estabelecidos no Edital terão seus requerimentos de credenciamento aprovados pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio.

8.2. Após aprovação do credenciamento, os requerimentos serão submetidos à homologação da autoridade superior.

8.3. O órgão credenciador decidirá sobre o requerimento de credenciamento no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da data de envio.

9. ADESÃO AO CREDENCIAMENTO

9.1. Assinado o termo de adesão ao credenciamento e durante o período de sua vigência, a contratação do Credenciado responsável pela prestação dos serviços, ocorrerá mediante emissão de nota de empenho, desde que mantidas as condições exigidas na etapa de credenciamento, conforme condições dispostas do Termo de Referência.

10. ESCOLHA DOS FORNECEDORES:

10.1. As condições para as prestações dos serviços a serem contratados serão as constantes deste Edital e seus anexos,;

10.2. As consultas serão distribuídas entre as empresas credenciadas, considerando-se a data de credenciamento de cada uma, para definição da ordem inicial da prestação dos serviços;

10.2.1. Após o inícios dos serviços, será efetuado rodízio entre as empresas credenciadas, respeitando-se sempre a ordem de credenciamento de cada empresa;

10.2.2. Ocorrendo a recusa na prestação de serviços por parte da empresa credenciada, será convocada a próxima na ordem de credenciamento;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



10.2.3. Recusado o serviço por quaisquer das credenciadas, o rodizio continuará até que todas tenham sido convocadas para prestar os serviços;

10.2.4. Concluído o rodizio entre as empresas credenciadas, será iniciado novo procedimento, da primeira credenciada até a ultima.

11. PRAZO, LOCAL, CONDIÇÕES E NORMAS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1. Os serviços prestados deverão ser realizados por meio de avaliações neuropsicológicas presenciais nas sedes dos credenciados, dentro de um raio máximo de 70 km do município de Fronteira-MG. A exigência de localização se justifica pela necessidade de garantir a proposta mais vantajosa para o município. Se a distância entre a sede deste município e a sede do credenciado for superior ao estipulado, a vantagem do menor preço poderá ser comprometida devido aos custos adicionais para transportar os pacientes até a sede do credenciado, especialmente considerando que esses pacientes são crianças, algumas com necessidades especiais físicas e intelectuais, o que poderia causar inconvenientes devido a longas distâncias.

11.2. Os serviços serão prestados nas dependências da credenciada, com fornecimento de recursos humanos especializados, materiais e insumos necessários para o atendimento adequado aos pacientes.

11.3. Os agendamentos das avaliações neuropsicológicas serão realizados através da coordenação da saúde mental.

11.4. A empresa credenciada não poderá realizar qualquer tipo de cobrança aos usuários ou seus acompanhantes, não admitindo qualquer complementação dos valores a serem pagos pelo município pelos serviços prestados.

11.5. As comunicações entre o município e a credenciada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

11.6. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

11.7. A Prefeitura não se responsabiliza por despesas extras contratadas pelas Credenciadas.

12. RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1. O objeto deste Credenciamento, em cada uma de suas parcelas, será recebido de acordo com o estabelecido a seguir:

12.2. No dia 20 de cada mês as empresas CREDENCIADAS deveram apresentar relatório de execução dos respectivos serviços executados (avaliações neuropsicológicas) contendo todas as atividades realizadas no período.

13. OBRIGAÇÕES

13.1. CREDENCIADOR:

13.1.1. Pagar às empresas credenciadas mensalmente, após a apresentação mensal de nota fiscal e relatório de atendimentos;

13.1.2. Prestar as informações necessárias, com clareza às empresas credenciadas, para execução dos serviços;

13.1.3. Realizar os agendamentos das consultas, supervisionar, fiscalizar os atendimentos e acompanhar a execução dos serviços;



13.2. CREDENCIADA:

13.2.1. Responsabilizar-se pelos encargos sociais, previdenciários, taxas, impostos e quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre seu pagamento;

13.2.2. Apresentar ao município, sempre que solicitado, a comprovação do cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas;

13.2.3. As empresas credenciadas serão responsáveis por eventual cobrança indevida feita ao paciente ou seu representante, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução do instrumento proveniente deste termo;

13.2.4. Manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação exigidas no Credenciamento;

13.2.5. Providenciar imediata correção dos erros apontados pela Secretaria Municipal de Saúde, quando da execução dos serviços;

13.2.6. Atender o paciente com dignidade, respeito, de modo universal e igualitário, mantendo a qualidade na prestação de serviços;

13.2.7. Esclarecer aos pacientes seus direitos e demais informações necessárias, pertinentes aos serviços oferecidos;

13.2.8. Garantir ao usuário a confidencialidade dos dados e das informações sobre sua assistência;

13.2.9. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier causar ao paciente deste;

13.2.10. Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;

13.2.11. Executar os serviços prestados a Prefeitura Municipal de Fronteira, rigorosamente dentro das suas respectivas normas técnicas;

13.2.12. Cumprir dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações assumidas por força deste termo;

13.2.13. Permitir acesso dos supervisores, auditores e outros profissionais eventuais ou permanentes designados pela Secretaria Municipal de Saúde, para supervisionar e acompanhar a execução dos serviços prestados;

13.2.14. A fiscalização ou o acompanhamento da execução do Contrato pelos órgãos competentes da Secretaria Municipal de Saúde não exclui, nem reduz a responsabilidade dos profissionais credenciados nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos;

13.2.15. Os profissionais das empresas credenciadas são responsáveis pela indenização de danos causados ao paciente a terceiros a eles vinculados decorrentes de ação ou omissão, voluntária ou não, praticada por seus profissionais ou prepostos;

13.2.16. Entregar relatório, avaliações e prontuários dos pacientes quanto solicitado. A fiscalização e acompanhamento deste Credenciamento ficará a cargo de funcionário nomeado pela Secretária Municipal de Saúde;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



13.2.17. É de responsabilidade exclusiva e integral da credenciada a utilização de pessoal especializado para a execução do objeto contratado, incluindo os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o Município;

13.2.18. A Credenciada é responsável também pela qualidade no atendimento e técnicas aplicadas durante à prestação dos serviços;

13.2.19. Utilizar pessoal especializado para a execução do objeto contratado, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o Município;

13.2.20. Manter a qualidade no atendimento e técnica aplicadas durante à prestação dos serviços;

14. FORMA DE PAGAMENTO:

14.1. O pagamento será efetuado mensalmente, conforme atendimentos e avaliações neuropsicológicas realizados no período, no prazo de até 10 (dez) dias da apresentação da Nota Fiscal.

14.2. A nota fiscal/fatura deve apresentar, no campo Razão Social Prefeitura Municipal de Fronteira/MG., além de nº do CNPJ 18.449.140/0001-07, sem rasura(s) no preenchimento.

14.3. Caso haja irregularidade na emissão da nota fiscal/fatura, esta será devolvida para regularização, caso em que o prazo será recontado a partir da data da reapresentação.

14.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

14.5. Recebida a nota fiscal na unidade responsável pela liquidação, correrá o prazo de até 05 (cinco) dias para fins de liquidação, podendo ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para aferição das exigências contratuais;

14.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

15. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1. A gestão do credenciamento será de competência da senhora Adriana Elias Gaioso Ferreira – Coordenadora do Fundo Municipal de Saúde.

15.2. A fiscalização do credenciamento ficará a cargo do senhor Carlos Antunes Mamed–Psicólogo.

15.3. A obrigação decorrente deste credenciamento deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 15.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei n.º 15.133/21, art. 115, *caput*).



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



15.2. A execução das obrigações decorrentes deste credenciamento deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 15.133/21, art. 117, *caput*).

15.3. A Gestora do credenciamento anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução das obrigações decorrentes desta licitação, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei n.º 15.133/21, art. 117, § 1.º).

15.3.1. A Gestora do credenciamento informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei n.º 14.133/21, art. 117, § 2.º).

16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

16.1. A Lei Municipal nº 2074, de 14 de dezembro de 2023, que dispõe sobre o Orçamento Municipal de 2024, apresenta os seguintes recursos orçamentários para garantir a contratação demandada, como segue:

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA.

Unidade Orçamentária: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Função: SAÚDE.

Subfunção: ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

Programa: ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Projeto/Atividade: 2078 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Elemento de Despesa: 3.3.90.32.0000 – MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Recurso: Fonte 1500 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

17. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES DO EDITAL

17.1. A qualquer momento, após a publicação do Edital de Credenciamento, qualquer pessoa física ou jurídica, poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório, mediante petição dirigida ao Secretário Municipal de Saúde, no endereço eletrônico licita2@fronteira.mg.gov.br.

17.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido;

17.3. Acolhida a impugnação contra este Edital, será devidamente retificado o edital, dando ciência à todos os interessados;

17.4. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no site da Prefeitura Municipal de Fronteira/MG: www.fronteira.mg.gov.br.

18. DOS RECURSOS:

18.1. A interessada tem o prazo de 03 (três) dias úteis, para apresentar recurso, a partir da data do recebimento da comunicação do indeferimento do credenciamento.

18.2. O recurso deverá ser encaminhado no endereço eletrônico licita2@fronteira.mg.gov.br.

19. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:

19.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.



20. REAJUSTAMENTO:

20.1._ Havendo renovação do contrato administrativo, os valores pactuados serão reajustados depois de decorridos o período de 12 (doze) meses, adotando-se o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), acumulado naquele mês da renovação contratual.

21. INFRAÇÕES:

21.1._O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

20.1.1.Dar causa à inexecução parcial do contrato.

20.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

20.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato.

20.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

20.1.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

20.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

20.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

20.1.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

20.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

20.1.10. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

20.1.11. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

22. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

22.1. A recusa da ADJUDICATÁRIA em assinar o termo de contrato ou em retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a às penalidades previstas neste edital.

22.2. Em razão das condutas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Prefeitura Municipal de Fronteira poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:

22.2.1. Advertência;

22.2.2. Multa;

22.2.3. Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;

22.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



22.3. A aplicação da sanção prevista na subcláusula 22.2.2 observará os seguintes parâmetros:

22.3.1. 0,5% (meio por cento) até 1,00% (um por cento) por dia útil, sobre o valor dos serviços contratados, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato administrativo;

22.3.2. 1,00% (um por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor dos serviços em atraso, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

22.3.3. 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

22.3.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,5% ao dia sobre o valor do contrato
2	0,5% ao dia sobre o valor do contrato
3	1,00% ao dia sobre o valor do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor do contrato

TABELA 2
INFRAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a prestação dos serviços;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a prestar os serviços determinado pela fiscalização, do contrato;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Cumprir quaisquer dos itens do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
7	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Contrato;	01



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



22.4. As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

22.5. As sanções previstas nas subcláusulas “22.2.1”, “22.2.3” e “22.2.4” poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista no item “22.2.2”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do contrato administrativo.

22.6. As multas eventualmente aplicadas com base na subcláusula “22.3” não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

22.7. As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

22.8. Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, o CONTRATANTE suspenderá, observado o contraditório e ampla defesa, os pagamentos devidos à CONTRATADA até a comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração.

22.2.9. A aplicação das sanções previstas nas subcláusulas 22.2.1 a 22.2.4 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

22.2.10. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Edital ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

23 - SIGILO E DE PROTEÇÃO DE DADOS – A Credenciada e o Credenciante, além de guardarem sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato administrativo, se comprometem a adotar as melhores práticas para respeitar a legislação vigente e/ou que venha entrar em vigor sobre proteção de dados, sendo certo que se adaptará, inclusive, à Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

23.1 - A Credenciada e o Credenciante se obrigam ao dever de confidencialidade e sigilo relativamente a toda a informação e/ou dados pessoais a que tenha acesso por virtude ou em consequência das relações profissionais, devendo assegurar-se de que os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas funções, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais tratados, se encontram eles próprios contratualmente obrigados ao sigilo profissional.

23.2 - As partes se obrigam a realizar o tratamento de dados pessoais de acordo com as disposições legais vigentes, bem como nos moldes da Lei nº 13.709/2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), visando dar efetiva proteção aos dados coletados de pessoas naturais que possam identificá-las ou torná-las identificáveis, utilizando-os de tais dados tão somente para os fins necessários à consecução do objeto deste instrumento, ou nos limites do consentimento expressamente manifestado por escrito por seus respectivos titulares;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



23.3 - A Credenciada e o Credenciante se responsabilizam, única e exclusivamente, acerca da utilização dos dados obtidos por meio do presente contrato, sendo terminantemente vedada a utilização de tais informações para fins diversos daqueles relativos ao objeto do contrato, bem como outros fins ilícitos, ou que, de qualquer forma, atendem contra a moral e os bons costumes;

23.4 - A Prefeitura Municipal de Fronteira/MG; não será, em qualquer hipótese, responsabilizada pelo uso indevido por parte do Fornecedor e/ou terceiros, com relação a dados armazenados em seus softwares e bancos de dados;

23.5 - O Credenciante não poderá utilizar a informação e/ou os dados pessoais a que tenha acesso para fins distintos do seu fornecimento/prestação de serviços a Prefeitura Municipal de Fronteira, não podendo, nomeadamente, transmiti-los a terceiros.

23.6 - A Prefeitura Municipal de Fronteira não irá compartilhar nenhum dado das pessoas naturais, salvo as hipóteses expressas da Lei Federal nº 13.709/2018, que permitem o compartilhamento sem consentimento do titular;

23.7 - O dever de sigilo e de confidencialidade e as restantes obrigações previstas na presente cláusula deverão permanecer em vigor mesmo após o término de vigência da ata de registro de preços;

23.8 - Eventuais violações externas que atinjam o sistema de proteção da Prefeitura Municipal de Fronteira, serão comunicadas aos titulares, bem como a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD;

23.9 - Os dados pessoais serão eliminados após o término de seu tratamento, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, autorizada a conservação para as seguintes finalidades:

23.9.1 - Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;

23.9.2 - Estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;

23.9.3 - Transferência a terceiro, desde que respeitados os requisitos de tratamento de dados dispostos nesta Lei; ou

23.9.4 - Uso exclusivo do controlador, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados.

24. DISPOSIÇÕES GERAIS:

24.1. A divulgação, pela Prefeitura deste Edital, do tipo de prestação de serviços e remuneração, não caracteriza expectativa de faturamento por parte das empresas, não cabendo à Prefeitura ressarcimento de eventuais prejuízos pelo não credenciamento de interessadas que não atenderam as condições estabelecidas neste Edital.

24.2. A Prefeitura poderá, a qualquer momento, reavaliar o credenciamento deferido, sendo-lhe facultado, suspendê-lo, sempre que ocorrer motivo que o justifique.

24.3. No interesse da Prefeitura o quantitativo inicial do credenciamento poderá ser acrescido ou suprimido.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



24.4. A interessada é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase deste processo. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará no imediato descredenciamento, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

24.5. É facultado ao Agente de Contratação, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase do processo, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo e a aferição do fornecimento, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

24.6. As interessadas intimadas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Agente de Contratação sob pena de indeferimento/descredenciamento da interessada/credenciada.

24.7. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Agente de Contratação, com auxílio do Secretário Municipal de Saúde.

24.8. A Credenciada fica obrigada a manter as mesmas condições de cadastro quando da celebração do termo de credenciamento.

24.9. Fica eleito o foro da comarca de Frutal/MG, renunciando-se, desde já, a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para solucionar questões oriundas desta licitação.

ANEXOS:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Minuta da declaração de inexistência de empregado menor;

ANEXO III – Minuta da declaração de inexistência de fatos impeditivos;

ANEXO IV – Minuta do requerimento de credenciamento.

ANEXO V – Minuta do Termo de Adesão ao Credenciamento.

ANEXO VI – Minuta da proposta comercial

Fronteira/MG., 08 de julho de 2024.

DANIEL FONSECA FERREIRA
Secretário Municipal de Saúde



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



TERMO DE REFERÊNCIA **(art. 6º, XXIII da Lei nº 14.133)**

MODALIDADE: CREDENCIAMENTO

DADOS DO SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

LOCALIZAÇÃO: End. Av. BRASIL nº. 220 – VILA DE FURNAS – FRONTEIRA – MG.

1 DEFINIÇÃO DO OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAL PSICOLOGOS COM ESPECIALIZAÇÃO EM NEUROPSICOLOGIA PARA ATENDER A DEMANDA DESTA SECRETARIA.

1.1 NATUREZA DO OBJETO: A natureza do objeto a ser contratado nos termos do inciso XIII, do art. 6º, da Lei 14.133 de 2021, não se enquadra como sendo serviço de luxo.

1.2 QUANTITATIVO E DESCRITIVO:

LOTE	DESCRIÇÃO	QTD ESTIMADA
01	Avaliação neuropsicológica	150 UN

1.3 PRAZO DO CONTRATO: O Prazo de vigência será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura do referido credenciamento conforme artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

2 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “b” da Lei nº 14.133/2021): A avaliação neuropsicológica desempenha um papel crucial na compreensão da função cerebral e no suporte ao diagnóstico, tratamento e planejamento da conduta do neuropediatra

2.1 Cumprimento da Lei Federal nº 8.080, de 19 de dezembro de 1.990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

2.2 Nos termos do art. 196 da Constituição Federal - Saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

2.3 A avaliação neuropsicológica possibilita identificar alterações e danos no sistema nervoso central que podem estar associados a dificuldades ou atrasos no desenvolvimento cognitivo das crianças, decorrentes de possíveis lesões ou disfunções cerebrais. Com base nessa avaliação, o neuropediatra pode então determinar o tratamento adequado, que pode incluir medicação, terapia e/ou reabilitação.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (art. 6º, XXIII, “c” e art. 40, § 1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021): A melhor solução encontrada será a realização de credenciamento de profissionais especializados para prestação de serviços de psicólogos para avaliação neuropsicológica visando atender a demanda desta secretaria.

4 REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “d” da Lei nº 14.133/2021):

4.1. Poderão participar do credenciamento psicólogos com especialização em neuropsicologia.

4.2 Não poderá participar deste credenciamento a pessoa jurídica que se encontrar enquadrada em uma das seguintes condições:

4.2.1 Esteja cumprindo sanção que a impeça de participar de licitações ou ser contratada pela Administração Pública;

4.2.2 Declarada inidônea para licitar ou contratar com Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.2.3 Estiver em processo de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

4.3 É vedado a empresa credenciada transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.



5 EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6º, XXIII, “e”, da Lei nº 14.133/2021): Os serviços prestados deverão ser realizados por meio de avaliações neuropsicológicas presenciais nas sedes dos credenciados, dentro de um raio máximo de 70 km do município de Fronteira-MG. A exigência de localização se justifica pela necessidade de garantir a proposta mais vantajosa para o município. Se a distância entre a sede deste município e a sede do credenciado for superior ao estipulado, a vantagem do menor preço poderá ser comprometida devido aos custos adicionais para transportar os pacientes até a sede do credenciado, especialmente considerando que esses pacientes são crianças, algumas com necessidades especiais físicas e intelectuais, o que poderia causar inconvenientes devido a longas distâncias.

5.1 Os serviços serão prestados nas dependências da credenciada, com fornecimento de recursos humanos especializados, materiais e insumos necessários para o atendimento adequado aos pacientes.

5.2 Os agendamentos das avaliações neuropsicológicas serão realizados através da coordenação da saúde mental.

5.3 A empresa credenciada não poderá realizar qualquer tipo de cobrança aos usuários ou seus acompanhantes, não admitindo qualquer complementação dos valores a serem pagos pelo município pelos serviços prestados.

5.4 As comunicações entre o município e a credenciada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.5 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.6 A Prefeitura não se responsabiliza por despesas extras contratadas pelas Credenciadas.

5.7 DAS OBRIGAÇÕES

5.7.1 MUNICÍPIO:

5.7.1.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes, são obrigações do Município;

5.7.1.2 Pagar às empresas credenciadas mensalmente, após a apresentação mensal de nota fiscal e relatório de atendimentos;

5.7.1.3 Prestar as informações necessárias, com clareza às empresas credenciadas, para execução dos serviços;

5.7.1.4 Realizar os agendamentos das consultas, supervisionar, fiscalizar os atendimentos e acompanhar a execução dos serviços;

5.7.2 CREDENCIADA:

5.7.2.1 As empresas credenciadas deverão responsabilizar-se-á pelos encargos sociais, previdenciários, taxas, impostos e quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre seu pagamento;

5.7.2.2 Apresentar ao município, sempre que solicitado, a comprovação do cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas;

5.7.2.3 As empresas credenciadas serão responsáveis por eventual cobrança indevida feita ao paciente ou seu representante, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução do instrumento proveniente deste termo;

5.7.2.4 Manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação exigidas no Credenciamento;

5.7.2.5 Providenciar imediata correção dos erros apontados pela Secretaria Municipal de Saúde, quando da execução dos serviços;

5.7.2.6 Atender o paciente com dignidade, respeito, de modo universal e igualitário, mantendo a qualidade na prestação de serviços;

5.7.2.7 Esclarecer aos pacientes seus direitos e demais informações necessárias, pertinentes aos serviços oferecidos;



- 5.7.2.8 Garantir ao usuário a confidencialidade dos dados e das informações sobre sua assistência;
- 5.7.2.9 Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier causar ao paciente deste;
- 5.7.2.10 Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
- 5.7.2.11 Executar os serviços prestados a Prefeitura Municipal de Fronteira, rigorosamente dentro das suas respectivas normas técnicas;
- 5.7.2.12 Cumprir dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações assumidas por força deste termo;
- 5.7.2.13 Permitir acesso dos supervisores, auditores e outros profissionais eventuais ou permanentes designados pela Secretaria Municipal de Saúde, para supervisionar e acompanhar a execução dos serviços prestados;
- 5.7.2.14 A fiscalização ou o acompanhamento da execução do Contrato pelos órgãos competentes da Secretaria Municipal de Saúde não exclui, nem reduz a responsabilidade dos profissionais credenciados nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos;
- 5.7.2.15 Os profissionais das empresas credenciadas são responsáveis pela indenização de danos causados ao paciente a terceiros a eles vinculados decorrentes de ação ou omissão, voluntária ou não, praticada por seus profissionais ou prepostos;
- 5.7.2.16 Entregar relatório, avaliações e prontuários dos pacientes quanto solicitado. A fiscalização e acompanhamento deste Credenciamento ficará a cargo de funcionário nomeado pela Secretária Municipal de Saúde;
- 5.7.2.17 É de responsabilidade exclusiva e integral da credenciada a utilização de pessoal especializado para a execução do objeto contratado, incluindo os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o Município;
- 5.7.2.18 A Credenciada é responsável também pela qualidade no atendimento e técnicas aplicadas durante à prestação dos serviços;

5.8 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- 5.8.1 Comprovação de registro de profissional psicólogo no Conselho Regional de Psicologia;
- 5.8.2 Os profissionais psicólogos deverão comprovar especialização em neuropsicológica para realização de avaliação neuropsicológica para execução do objeto desse credenciamento;
- 5.8.3 Apresentar no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome da instituição, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, ou Certidão de Acervo Técnico (CAT) do Conselho competente.

6 GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, “f”, da Lei nº 14.133/2021): O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

- 6.1 A execução do contrato, deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelo respectivo substituto (Lei nº 14.133/2021, art.117, caput).
- 6.2 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas, à execução do contrato, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
- 6.3 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demanda decisão ou providências que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



6.4 O credenciado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.5 O credenciado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.6 Somente o credenciado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.7 A inadimplência do contrato em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.8 A gestão do credenciamento será de competência da senhora Adriana Elias Gaioso Ferreira – Coordenadora do Fundo Municipal de Saúde.

6.9 - A fiscalização do credenciamento ficará a cargo do senhor Carlos Antunes Mamed–Psicólogo.

7 CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, “g”, da Lei nº 14.133/2021): O pagamento será efetuado mensalmente, conforme atendimentos e avaliações neuropsicológicas realizados no período, no prazo de até 10 (dez) dias da apresentação da Nota Fiscal.

7.1 A nota fiscal/fatura deve apresentar, no campo Razão Social Prefeitura Municipal de Fronteira/MG., além de nº do CNPJ 18.449.140/0001-07, sem rasura(s) no preenchimento.

7.2 Caso haja irregularidade na emissão da nota fiscal/fatura, esta será devolvida para regularização, caso em que o prazo será recontado a partir da data da reapresentação.

7.3 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.4 Recebida a nota fiscal na unidade responsável pela liquidação, correrá o prazo de até 05 (cinco) dias para fins de liquidação, podendo ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para aferição das exigências contratuais;

7.5 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

7.6 A credenciada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

7.7 No dia 20 de cada mês as empresas CREDENCIADAS deveram apresentar relatório de execução dos respectivos serviços executados (avaliações neuropsicológicas) contendo todas as atividades realizadas no período.

7.8 O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela empresa credenciada ou por outro meio previsto na legislação vigente.

8 FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, “h”, da Lei nº 14.133/2021): Dado que os serviços pretendidos possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de edital, bem como especificações usuais de mercado, deverão ser adquiridos por meio de Credenciamento, conforme disposto no Art. 79 da Lei nº 14.133/2021;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



- 8.1 As consultas serão agendadas entre as empresas credenciadas, levando-se em consideração a data de credenciamento de cada uma, para definição da ordem inicial da convocação;
- 8.2 Após o início dos serviços será efetuado rodizio entre as empresas credenciadas, respeitado sempre a ordem de convocação definida no item anterior.
- 8.3 Caso a credenciada convocada à prestar os serviços, se recuse por qualquer motivo, será convocada a próxima empresa na ordem de credenciamento.
- 8.4 Recusado o serviço por qualquer das empresas credenciadas, o rodizio continuará até que todas as credenciadas tenham sido convocadas a prestar os serviços.
- 8.5 Concluído o rodizio entre as empresas credenciadas, será iniciado novo procedimento iniciando-se pela primeira empresa que se credenciou.

9 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “i”, da Lei nº 14.133/2021): O valor estimativo deste credenciamento é de R\$ 120.000,00(CENTO VINTE MIL REAIS).

	DESCRIÇÃO	QTD ESTIMADA	VALOR UN.	VALOR TOTAL
01	Avaliação neuropsicológica	150 UN	773,33	115.999,95

10 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTARIA (art. 6º, XXIII, “j”, da Lei nº 14.133/2021):
AVALIAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA.

Unidade Orçamentária: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Função: SAÚDE.

Subfunção: 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 61 Assistência de Média e Alta Complexidade

Projeto/Atividade: 2.078 Manutenção das Atividades de Média e Alta Complexidade

Elemento de Despesa: 3.3.90.32.00.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita

Subelemento da Despesa: 3.3.90.32.00.00 Insumos e Serviços para Saúde

Valor Disponível: R\$ 120.000,00 (Cento e Vinte Mil Reais)

FRONTEIRA-MG, 08 de Julho de 2024.

DANIEL FONSECA FERREIRA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



ANEXO II

MINUTA DA DECLARAÇÃO

(Inciso XXXIII do art. 7º da CF)

PROCESSO Nº: 0032681

CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 001/2024

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PSICOLÓGICOS COM ESPECIALIZAÇÃO EM NEUROPSICOLOGIA, NA REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA

Prezados Senhores,

_____, inscrito no CNPJ nº _____ por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)_____, portador(a) do CPF no _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Datado aos _____ dias de _____ de _____.

Assinatura, Nome, Cargo e Função

(Proprietário, Sócio ou Representante Legal da Empresa)



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



ANEXO III

**MINUTA DA DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE
IMPEDITIVO À HABILITAÇÃO**

PROCESSO Nº: 0032681

CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 001/2024

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PSICOLÓGICOS COM ESPECIALIZAÇÃO EM NEUROPSICOLOGIA, NA REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA

A empresa _____, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, neste ato representada pelo Sr. _____, declara sob as penas da lei, que até a presente data, inexistente fato superveniente impeditivo para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, ____ de _____ de 2024.

PROPONENTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



ANEXO IV

MINUTA DO REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO

PROCESSO Nº: 0032681

CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 001/2024

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PSICOLÓGICOS COM ESPECIALIZAÇÃO EM NEUROPSICOLOGIA, NA REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA

(OBSERVAÇÃO: PREENCHER EM DUAS VIAS SENDO UMA PARA PROTOCOLO)

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº requer seu credenciamento PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PSICOLÓGICOS COM ESPECIALIZAÇÃO EM NEUROPSICOLOGIA, NA REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA

Informamos desde já ser titular da conta corrente/poupança nº....., agência nº(nome da agência), Banco nº (nome do Banco), declarando inteiro conhecimento do ato convocatório e apresentação de toda a documentação solicitada.

.....
(data)

.....
(representante legal)



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



ANEXO V

MODELO DE TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO

1. CREDENCIADOR

1.1. **O MUNICÍPIO DE FRONTEIRA/MG**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Minas Gérias, nº 141, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, sob o nº 18.449.140/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **SÉRGIO PAULO CAMPOS**, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CREDENCIADOR.

2. CREDENCIADO

2.1. A EMPRESA _____, com sede na _____, Bairro _____, Cidade/UF _____, CEP _____, inscrita no CNPJ/MF sob o número _____, neste ato representada por _____, doravante denominada CREDENCIADA.

3. OBJETO

3.1. CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PSICOLÓGICOS COM ESPECIALIZAÇÃO EM NEUROPSICOLÓGICA, NA REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA, conforme condições estabelecidas no Edital de Credenciamento e seus anexos.

3.2. O presente credenciamento compreende aos seguintes itens do objeto:

4. VIGÊNCIA

4.2. Expirado o prazo do Edital de Credenciamento, finda a relação do credenciado com o credenciador, independente do período de credenciamento, salvo para as obrigações decorrentes dos serviços prestados durante a validade do Edital.

5. VALOR

5.1. O valor dos serviços é aquele descrito no Termo de Referência - anexo I do Edital de Credenciamento.

6. CONDIÇÕES

6.1. Aplicam-se a este Termo de Adesão as disposições contidas no Edital de Credenciamento e seus Anexos, ao qual o credenciado expressa sua total concordância com a forma de prestação dos serviços e pagamentos.

7. DESCREDENCIAMENTO

7.1. O CREDENCIADOR poderá realizar o descredenciamento quando houver:

I - pedido formalizado pelo credenciado;

II - perda das condições de habilitação do credenciado;

III - descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e

IV - sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



7.2. O pedido de descredenciamento de que trata o inciso I não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.

7.2.1. Na hipótese prevista no inciso I, o descredenciamento ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento do pedido, mantendo-se, durante este prazo, a condição de CREDENCIADO e as obrigações decorrentes, nos termos deste Edital.

7.3. Nas hipóteses previstas nos incisos II e III, além do descredenciamento, DEVERÁ ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

7.4. Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

7.5. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.

8. DISPOSITIVO LEGAL

8.1. O presente credenciamento está amparado no inciso IV, art. 74, combinado com o inc. II, art. 79, ambos da Lei 14.133, de 2021, Processo nº 0032681 – Credenciamento Eletrônico nº 001/2024 .

Fronteira/MG; ____ de _____ de 20____.

MUNICIPIO DE FRONTEIRA/MG.
Sergio Paulo Campos
CREDENCIADOR

CREDENCIADA

ADRIANA ELIAS GAIOSO FERREIRA
Gestora do Credenciamento

CARLOS ANTUNES MAMED
Fiscal do Credenciamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



ANEXO VI
MNUTA DA PROPOSTA

PROCESSO Nº: 0032681

CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 001/2024

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PSICOLÓGICOS COM ESPECIALIZAÇÃO EM NEUROPSICOLOGIA, NA REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA.

A empresa _____, com sede à _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representa pelo Senhor (a) _____, portador do CPF nº _____, vem através desta apresenta proposta financeira para prestação dos serviços como segue abaixo:

Item	Quant	Uni	Descrição do Objeto	Vr. Unitário	Vr. Total

_____, de _____ de 202_____.

Empresa



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



EDITAL RESUMIDO

PROCESSO Nº: 0032681

CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 001/2024

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PSICOLÓGICOS COM ESPECIALIZAÇÃO EM NEUROPSICOLOGIA, NA REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA

A Prefeitura Municipal de Fronteira torna público que estará credenciando PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PSICOLÓGICOS COM ESPECIALIZAÇÃO EM NEUROPSICOLOGIA, NA REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA, a partir do dia 10 de julho de 2024 até 10 de julho de 2025.

Forma de envio do Requerimento, Documentação e Proposta: E-mail: licita2@fronteira.mg.gov.br.

Cópias de Edital poderão ser adquiridas no site oficial do Município: www.fronteira.mg.gov.br.

Informações complementares serão obtidos junto ao Equipe de Apoio, no endereço Av. Minas Gerais nº 110, Centro. Telefone (34) 3199-9990 - Ramal - 1413.

Fronteira/MG, 08 de julho de 2024.

DANIEL FONSECA FERREIRA
Secretário Municipal de Saúde